



SEGURANÇA PÚBLICA

Bancada da bala contra restrições à força letal

Deputados que defendem o uso de armas se mobilizam para derrubar decreto que cria protocolo de abordagem policial

Alberto Fraga/Divulgação

Parlamentares da chamada bancada da bala se articulam para derrubar o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que normaliza o uso progressivo da força por policiais de todo o país. O texto foi publicado na véspera de Natal e está gerando a reação de governadores, integrantes das forças de segurança pública e políticos de direita. A articulação parlamentar se dá nos bastidores, até o momento, tendo em vista que o Congresso Nacional está de recesso e não tem previsão de levar o tema para avaliação de deputados e senadores antes do início do próximo ano legislativo.

A articulação está sendo encabeçada pelo deputado federal Alberto Fraga (PL-DF). Ele está conversando com outros deputados para avaliar qual o melhor caminho para promover alterações nas regras definidas pelo Ministério da Justiça para a abordagem da polícia e cumprimento de mandados de busca e apreensão. O Ministério da Justiça informou, em nota publicada após a edição do texto pelo presidente Lula, que, entre os principais pontos, está a definição de que o recurso de força "somente poderá ser empregado quando outros recursos de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos".

Também cita que o uso de arma de fogo será sempre "medida de último recurso". Há a previsão de que, sempre que o uso da força resultar em ferimento ou morte, a ocorrência deve ser detalhada, nos termos que serão elaborados pela pasta.

A maioria das regras já estava prevista em portarias internas das polícias, em protocolos de atuação e em uma portaria do Ministério da Justiça de 2010. No entanto, com a publicação de um decreto, as normas ganham força de lei e podem, inclusive, pressionar órgãos de segurança pública para fiscalizar a atuação de seus integrantes nas ruas. O decreto prevê a criação do Comitê Nacional de



Liderada pelo deputado Alberto Fraga (ao centro), a bancada da bala se organiza para barrar decreto que regulamenta o uso de força pelas polícias

Monitoramento de Uso da Força, que vai fiscalizar a adoção das regras e a conduta das corporações.

Para tornar viável o uso de arma de fogo apenas em último caso, o governo federal deve garantir a disponibilização de equipamento de proteção individual e de, no mínimo, dois equipamentos de menor potencial ofensivo, como armas de choque, a todos os agentes em serviço. Além disso, a pasta da Justiça deve monitorar e divulgar os dados de uso da força de maneira transparente, em relatórios que devem ser levados ao conhecimento da sociedade. O decreto não determina prazos para que os equipamentos

sejam fornecidos aos estados.

Thiago Süsskind, advogado e mestrando em Políticas Públicas na Universidade de Oxford, criticou a mobilização contra o decreto. Para ele, não existem alterações significativas nas normas que já estavam previstas para adoção durante a conduta dos policiais em serviço. "O decreto diz que o uso de armas de fogo deve ser o 'último recurso'. Policiais não podem atirar contra pessoas desarmadas em fuga ou em veículos que desrespeitem um bloqueio. Há de haver risco ao policial ou ao terceiro. Nem tem muita novidade. Ninguém pode atirar a esmo", disse.

"É uma uniformização de regras que, de fato, cabe ao

Ministério da Justiça, mas, na verdade, a diferença é pequena: a maior parte disso já consta em protocolos das próprias polícias ou na lei. O problema é a prática, não é um decreto que vai mudar isso", completou o especialista.

Reação

No Senado, a medida assinada pelo presidente Lula também repercutiu. Ontem, o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou um projeto de decreto legislativo (PDL) para tornar sem efeito o texto do Planalto. Mecias afirma que as regras definidas pela Presidência invadem competência do

Poder Legislativo e que não podem permanecer.

"Acredito que a segurança pública, como questão de Estado, deve ser tratada com um amplo debate no Congresso Nacional, e não de forma unilateral por decretos. Precisamos garantir a autonomia dos estados e evitar que a segurança pública seja usada como moeda de troca política", argumentou Mecias. O decreto prevê a criação do Comitê Nacional de Monitoramento de Uso da Força, que vai fiscalizar a adoção das regras e a conduta das corporações.

As normas foram sugeridas pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que ocupou uma

das cadeiras do Supremo Tribunal Federal (STF). O titular da pasta defendeu o decreto e afirmou que a intenção é preservar os direitos humanos, combater abordagens com base em avaliações preconceituosas de cor, orientação sexual, religião, entre outras. Os estados que não atenderem ao que foi determinado podem ter o acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública restringido. O fundo assegura os repasses do governo federal para que as unidades da Federação possam subsidiar a manutenção das forças de segurança e outras ações voltadas a preservar a segurança da população e ao combate à criminalidade.



A diferença é pequena. A maior parte (das regras) já consta em protocolos das próprias polícias ou na lei. O problema é a prática, não é um decreto que vai mudar isso"

Thiago Süsskind,
advogado

PM de SP atira pelas costas

Um homem de 24 anos foi baleado à queima-roupa por um policial quando filmava uma ação da Polícia Militar, na madrugada do Natal, em Osasco, na Grande São Paulo. O homem foi encaminhado a um hospital da cidade e não há informações sobre o estado de saúde. A Secretaria da Segurança Pública do estado (SSP-SP) disse que o rapaz tentou tirar a arma do policial, quando outro PM interveio, efetuando o disparo. Uma câmera de segurança registrou apenas parte da ação e não mostra a conduta do homem. As imagens foram divulgadas nas redes sociais.

Segundo a SSP, a PM foi chamada ao local para liberar uma via pública que havia sido bloqueada por um grupo de moradores. Conforme as imagens em redes sociais, a viatura chegou ao local e, assim que desceram, os policiais começaram a discutir com diversas pessoas. Um dos policiais desceu na viatura com a arma em punho.

Em seguida, outra viatura da PM chegou, aumentando a tensão. O jovem que foi baleado começa a filmar a ação da polícia quando

um agente golpeia com cassete outro rapaz. O homem que faz a filmagem se aproxima e o PM avança contra ele. Os dois saem do campo de gravação da cena. O policial com a arma em punho efetua um disparo. Em seguida, aparece o homem baleado sendo retirado do local por moradores.

"A Polícia Militar analisa as imagens e investiga o caso por meio de Inquérito Policial Militar (IPM). Desvios de conduta não serão tolerados pela corporação e todas as medidas cabíveis são tomadas em caso de abuso por parte dos policiais", diz, em nota

Escalada

No mês passado, dois policiais militares foram presos e mais de 40 afastados por denúncias de violência em abordagens. Entre janeiro e o início de dezembro, foram registradas 784 mortes em decorrência de intervenção policial, segundo o Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público. A Secretaria da Segurança Pública tem afirmado investigar os casos e não

Reprodução/Redes sociais



Imagens registram momento em que PM atira à queima-roupa em jovem

tolerar os desvios de agentes.

Dados da SSP apontam que, de janeiro a setembro, a Polícia Militar matou 496 pessoas — o maior número desde 2020. A alta interrompeu a curva de queda de mortes pela PM que havia sido registrada a partir do uso das câmeras corporais nas fardas dos agentes. Em 2022, o total de óbitos do tipo foi o menor da série histórica, iniciada em 2001.

Entre os casos de repercussão, estão a morte de uma criança de 4 anos na Baixada Santista, de um estudante de Medicina baleado em um hotel da capital, o assassinato de um homem atingido nas costas após tentativa de roubo em um mercado e o flagrante de policiais militares jogando um homem do alto de uma ponte após uma abordagem. (Agência Estado)

PRF: Jovem em estado grave

» RENATO SOUZA

A jovem Juliana Leite Rangel, de 26 anos, que foi baleada em uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, permanece internada em estado grave no Hospital Municipalizado Adão Pereira Nunes (HMAPN), em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Ontem, ela não apresentou sinais de melhora.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde, a direção do HMAPN e a prefeitura de Duque de Caxias informaram que a jovem foi levada para o hospital pelos próprios agentes da PRF. "A direção do HMAPN informa que a paciente, atingida por arma de fogo (PAF) em crânio, foi entubada e encaminhada diretamente para o centro cirúrgico, onde passou por procedimento, sem intercorrências. No momento, segue internada no CTI, hemodinamicamente instável, entubada e acompanhada por equipe multidisciplinar. A paciente mantém o quadro gravíssimo", destaca o texto.

Em conversa com a imprensa, Juliana Paitach, que está

cuidando da paciente, afirmou que, mesmo em estado grave, não houve piora no quadro de saúde de Juliana Rangel. "Ela se manteve em um grau de gravidade que estabilizou com as drogas que estão entrando com a medicação e não teve piora, ou seja, a pressão se manteve com a medicação que está entrando. É uma paciente jovem, que foi atendida com rapidez e muita eficiência, que tem tudo para evoluir com positividade, mas não tem como a gente saber", disse.

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou Procedimento Investigatório Criminal para apurar a conduta dos policiais rodoviários. O procedimento é assinado pelo procurador da República Eduardo Santos de Oliveira Benones. Ele explicou que a investigação foi aberta "visando a colheita de informações, documentos e outros elementos aptos a direcionar e definir a linha de atuação deste órgão ministerial no caso aqui apresentado".

Juliana foi baleada quando ia, de carro, com a família, para Niterói, onde eram aguardados por parentes para a ceia de Natal.